Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A QUESTÃO DA DIFERENÇA NA LUTA PELOS DIREITOS DE GRUPOS VULNERABILIZADOS: UM ESTUDO DE CASO DO QUILOMBO SACOPÃ, NO RIO DE JANEIRO

Pedro Henrique Ramos Prado Vasques, Celly Cook Inatomi

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Submetido em: 2023-09-26
Postado em: 2023-10-04 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

A QUESTÃO DA DIFERENÇA NA LUTA PELOS DIREITOS DE GRUPOS VULNERABILIZADOS: UM ESTUDO DE CASO DO QUILOMBO SACOPÃ, NO RIO DE JANEIRO

Pedro Henrique Vasques,
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4032-3245
<pedrohvasques@gmail.com>
Cedec / UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Celly Cook Inatomi,
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7473-466X
<celoca05@yahoo.com.br>
Unicamp. Campinas, SP, Brasil

RESUMO: O objetivo do trabalho é compreender as estratégias de resistência adotadas por grupos vulnerabilizados diante dos usos opressivos e conservadores do direito por atores estatais e privados. Parte-se do pressuposto de que a mobilização do direito por tais populações tem impactos efetivos sobre a realidade, indo além de contribuir para a concretização de suas demandas ou o acirramento de tensões e conflitos. Para isso, realiza-se um estudo de caso sobre a família Pinto que, na trajetória analisada vem a se constituir enquanto Quilombo Sacopã, localizado na cidade do Rio de Janeiro, mobilizando a literatura existente sobre o caso, material documental e processos judiciais. Dentre os principais resultados destaca-se as mudanças nas táticas de resistência e a relevância dos argumentos de ordem cultural para a permanência do Quilombo, considerando suas implicações para a dimensão familiar. Por fim, reitera as possibilidades de se contrapor o direito ao direito, reforçando a relevância política desse tipo de mobilização, em especial, quando vislumbrada como parte de um sistema cultural.

Palavras-chave: mobilização do direito; resistência; quilombo; direitos culturais; ambientalismo

THE QUESTION OF DIFFERENCE IN THE FIGHTS FOR RIGHTS OF THE VULNERABLE GROUPS: A CASE STUDY OF THE QUILOMBO SACOPÃ, IN RIO DE JANEIRO

ABSTRACT: The aim of this work is to understand the strategies of resistance adopted by vulnerable groups in the face of oppressive and conservative uses of the law by state e private actors. It is based on the assumption that the legal mobilization by such populations has effective impacts on reality, going beyond contributing to the realization of their demands or the intensification of tensions and conflicts. To this end, a case study is carried out on the Pinto family, which, in the analyzed trajectory, came to be constituted as Quilombo Sacopã, located in Rio de Janeiro, mobilizing the literature on the case, analyzing documentary material and judicial decisions. Among the main results, we highlight the changes in resistance tactics and the relevance of cultural arguments for the permanence of Quilombo, considering their implications for the family dimension. Finally, it reiterates the possibilities of interposing the law against the law, reinforcing the political relevance of this kind of mobilization, especially when seen as part of a cultural system.

Keywords: legal mobilization; resistance; quilombo; cultural rights; environmentalism

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

INTRODUÇÃO

Em continuidade a análises conduzidas anteriormente (Vasques, 2022), o trabalho tem como questão central compreender as estratégias de resistência adotadas por populações periféricas diante da atuação opressiva de grupos sociais e da institucionalidade estatal. Parte-se do pressuposto de que a mobilização do direito por tais populações tem impactos efetivos sobre a realidade, indo além de contribuir para a concretização de suas demandas ou o acirramento de tensões e conflitos. Seus modos de resistência se modificam e se diversificam no tempo, constituindo-se em concomitância não apenas às alterações nas técnicas governamentais voltadas para o seu controle, mas também às suas próprias identidades, sociabilidades e formas de viver. As mobilizações do direito, que podem se dar por meio, contra e por fora da institucionalidade, rearticulam saberes e ações, provocando tensões nas bases das normatizações sociais e abrindo possibilidades de resistência e de transformação social.

Para lidar com a questão e pressupostos apresentados, realiza-se um estudo de caso junto ao Quilombo Sacopã na cidade do Rio de Janeiro, tendo como fundamentação teórica os trabalhos da mobilização do direito, voltados, sobretudo, para a abordagem culturalista. A observação da trajetória de mobilização do direito nesse caso é especialmente relevante na medida em que a família Pinto, que se torna o Quilombo Sacopã no início do século XXI, está presente no mesmo território desde o início do século XX, e suas várias formas de resistência estão diretamente ligadas a diversos modos de mobilização do direito, especialmente a partir da década de 1970. Além da revisão bibliográfica para a apresentação do caso, tem-se analisado material documental produzido a respeito do caso, bem como em processos administrativos e judiciais ligados às demandas trabalhadas na análise.

A avaliação do caso mostra que, para além da verificação da existência de diversas e diferentes formas de resistência ao longo do tempo, o argumento de ordem cultural é o que tem se mostrado mais efetivo enquanto tática de permanência da família Pinto no território, apesar das constantes ações do poder público voltadas para a sua expulsão. Embora se observe a permanência da mobilização dos argumentos de posse e propriedade, eles se tornam anacrônicos diante das mudanças no contexto político-institucional e nas sociabilidades estabelecidas pela família com o seu entorno, que passa a lidar gradualmente com questões relacionadas à representação de coletividades nos espaços institucionalizados. As atividades culturais promovidas pelo Quilombo tornam-se crescentemente fatores de resistência, possibilitando, não sem oposição, contrapor o direito ao direito. Por fim, entre direito e sociedade, tomando o direito como sistema cultural, a avaliação reforça a relevância política de sua mobilização, contribuindo, ainda, para apontar potenciais indicadores táticos às lutas sociais.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

1 A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO E A SUA ANÁLISE COMO SISTEMA CULTURAL

A abordagem culturalista do direito deu início a trajetórias bastante inovadoras de pesquisa, a partir de sua emergência na década de 1980 nos Estados Unidos, divergindo de dois grandes conjuntos de estudos sociojurídicos até então bastante influentes na academia (Merry, 1995). O primeiro, era composto por pesquisas de caráter realista e reformista dos anos 1960 que procuravam atuar junto ao Estado para eliminar as chamadas "injustiças intoleráveis", relacionadas, sobretudo, à pobreza e à segregação racial. Já o segundo abrangia os estudos críticos do direito dos anos 1970, que buscavam mostrar a incapacidade do direito liberal para efetivar transformações sociais, dado seu caráter intrinsecamente desigual e opressor. Enquanto os primeiros diziam que era possível resistir a processos de opressão social a partir do direito estatal, via reformas políticas e legislativas, os demais negavam essa possibilidade, defendendo que apenas através de grandes processos disruptivos se poderia promover transformações sociais, pois, por meio do direito estatal, o máximo que se conseguiria seriam mudanças formais que manteriam tudo igual na sua essência (Inatomi, 2018, 2019).

Diante dessa espécie de polarização nos modos de se compreender o direito, a inovação trazida pelos estudos da abordagem culturalista residia, sobretudo, numa mudança de foco que impactava em alterações significativas na forma de entender a relação entre direito e sociedade. Seus estudiosos não mais partiam do que os atores e as instituições estatais faziam ou deixavam de fazer com o direito. O interesse, agora, recaía sobre as pessoas comuns e seus entendimentos e interações com o mundo jurídico, inclusive com as instituições judiciais, num movimento "de baixo para cima". O objetivo era observar o direito na vida cotidiana, seus usos, padrões, desvios e contradições, a fim de verificar as apropriações e construções jurídicas na base da sociedade, bem como as diferentes estratégias de resistência que surgiam contra e por meio do direito (Levine, 1990; Ewick, 1992; Ewick e Silbey, 1999). Não se tratava de negar o caráter hegemônico, opressor e violento do direito liberal, especialmente com relação a grupos sociais marginalizados, mas, sim, de entender as estratégias e formas de lutas de tais grupos a partir e apesar do direito (Brigham, 1996).

Constitutivo da sociedade, portanto, o direito passava a ser visto como um sistema cultural. E a cultura não era mais entendida como uma entidade monolítica, mas como algo perpassado por significados e símbolos diversos, conflitantes e cambiantes, que poderiam abarcar diferentes concepções jurídicas dentro de uma mesma sociedade (Geertz, 2017). Nesse sentido, o direito não é nem a salvação de grupos sociais marginalizados, nem uma máscara ou ilusão, que está em absoluta oposição aos processos de emancipação. Ele possui em si uma ambivalência latente: pode definir ou

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

obscurecer categorias sociais, estabilizar ou desestabilizar expectativas, manter ou minar normas de convivência, fortalecer ou enfraquecer consensos, e aliviar ou exacerbar tensões sociais (Brigham, 1996; Scheingold, 2004). Assim, a depender das circunstâncias específicas do tempo e do espaço em que se insere, das forças políticas e sociais que o mobilizam, bem como das condições institucionais e estruturais que lhe dão suporte, o direito pode ser visto tanto como um instrumento de opressão quanto de resistência e emancipação (Gordon, 1984, 2017; McCann, 1994; Merry, 1995; Silbey, 2005).

Para mostrar esse caráter ambivalente do direito, os pesquisadores associados à abordagem culturalista conduziram inúmeros estudos de caso em profundidade, justamente para que os aspectos diversos do entendimento e dos usos do direito fossem explicitados. O olhar "de baixo para cima" e voltado para "o direito na vida cotidiana" expandiu os temas e objetos de análise, requisitando do estudioso uma observação atenta para o que estava invisível no visível das práticas e relações cotidianas (Harrington; Yngvesson, 1990; Sarat e Kearns, 1991). O direito passava a ser percebido nos programas de TV, jornais, jogos esportivos, artes visuais, músicas, atividades culturais, escolas, cultos religiosos, relações familiares etc., e não mais somente nas faculdades de Direito e nas instituições jurídicas do Estado. Todos esses lócus não eram simplesmente reprodutores do direito liberal, mas produtores de resistências, de novos símbolos, significados, e formas de viver, na medida em que os sujeitos se apropriam, criam e constroem novas identidades e formas de sociabilidade e de relação com o poder público (Hunt, 1990; Ewick, 1992). O direito não está distante da vida social comum, mas em completa fusão com as atividades do viver e do saber.

Quando os culturalistas analisam estratégias de luta e de resistência dos sujeitos contra processos políticos e sociais opressores, eles não se prendem à visão tradicional sobre as ações coletivas, como se elas devessem ser necessariamente massivas, conscientes e homogêneas. Pelo contrário, descrevem práticas mais sutis e cotidianas de manifestar descontentamento e oposição, em que a linguagem do direito aparece de modo mais ou menos explícito, sob a forma de novas representações que se chocam e provocam tensões com o *status quo* rotinizado (Merry, 1995). E, por mais que possam parecer práticas individualizadas, efêmeras e sem impactos sobre a realidade, muitas delas fazem parte de um descontentamento maior não verbalizado e, muitas vezes, invisibilizado (Merry, 2014), que trata de encontrar novas formas de expressão, por vezes inconscientes, mas que funcionam como os "instantes" clariceanos, como "sementes vivas".

Os exemplos dessas estratégias de resistência são diversos, e podemos dizer que construíram legados duradouros. Num passado não tão distante, Rosa Parks se negava a ceder seu lugar no

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

transporte público para um homem branco, recusando-se a se encaixar nas categorias sociais estabelecidas pela política de direitos da segregação racial. Estudantes e simpatizantes da causa antissegregacionista simplesmente se sentavam e se negavam a sair de estabelecimentos privados e públicos que adotavam as leis *Jim Crow*. Episódios de "beijaços" públicos em frente a comércios que discriminam pessoas LGBTQIA+, confrontam as identidades e papéis de gênero socialmente estabelecidos. Com o uso das redes sociais, mulheres utilizam *hashtags* para fazer campanhas contra o assédio sexual, mostrando, por meio da narrativa de histórias individuais as formas pelas quais se construiu a cultura do estupro. Imigrantes sem documentos fazem protestos por melhores condições de vida, colocando-se como sujeitos de direitos e desafiando as categorias jurídicas às quais foram relegados pelos Estados e pelos organismos internacionais.

Céticos e críticos da abordagem culturalista levantaram e ainda levantam questionamentos importantes sobre essa forma de entender o direito e sua relação com a sociedade (Friedman, 1986; Handler, 1992; Rosenberg, 1996; Munger, 2001; Abel, 2010; Calavita, 2002, 2010; Liu, 2015). Afinal, como explicar, apesar das diferentes e diversas formas de resistência observadas, o fortalecimento do racismo, da homofobia, da misoginia e do xenofobismo? Onde residem os impactos concretos daquelas formas de luta e de resistência, sobretudo em períodos de avanço de políticas neoliberalizantes, que fortalecem a retirada de direitos e aprofundam a condição de subalternidade de grupos socialmente marginalizados? O que pode fazer, por exemplo, uma música subversiva, contra todo um sistema jurídico constituído para manter privilégios e desigualdades? Não estariam os estudos culturalistas do direito apenas colecionando "anedotas culturais" que tem baixíssimos ou efêmeros impactos sobre políticas públicas e que sequer permitem formular sínteses teóricas mais robustas sobre a relação entre direito e sociedade? (Friedman, 1986; Handler, 1992)

A desesperança com relação às possibilidades de luta por meio do direito é tão grande que até estudiosos antes afeitos às pesquisas culturalistas hoje se mostram céticos com relação ao seu alcance. Para além dos questionamentos como os listados acima, esses revisionistas argumentam que se o direito possui um caráter ambivalente, é a sua faceta mais restritiva e violenta que sobressai ao fim e a cabo, afinal ele também pode ser mobilizado por pessoas e grupos conservadores da sociedade, como de fato tem acontecido em diversos países do mundo (McCann, 2014). Com isso, voltam a discutir os grandes temas das ciências sociais, como poder, dominação e hegemonia, a partir dos quais tentam compreender o porquê de determinados grupos e reinvindicações de direitos não terem espaço institucional, ou, no máximo, serem cooptados pela lógica desigual da liberdade individual.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Nessa esteira, há também considerações importantes relacionadas às estruturas de apoio necessárias para que as estratégias de luta exerçam algum impacto na realidade (Epp, 1998, 2009, 2011). Reconhecer estratégias de resistências espalhadas na sociedade é apenas parte de um longo processo, pois para que elas "revolucionem os direitos", animem coletividades, formem consciência e exerçam impactos em políticas públicas e decisões judiciais, é necessária uma rede de organizações que deem suporte simbólico e financeiro, uma advocacia especializada nos temas e problemas levantados, bem como uma estrutura institucional governamental e estatal favorável à agenda apresentada. Alguns argumentam, inclusive, que as pautas de direitos civis dos anos 1960 só alcançaram visibilidade em função da existência dessas estruturas de apoio, que, num processo de seleção e de atuação estratégica dos sujeitos com relação à máquina institucional e às condições do contexto, priorizaram determinadas lutas no lugar de outras, que foram esquecidas (Goluboff, 2009).

Todas essas considerações se fazem importantes e devem ser levadas em conta no estudo das formas de resistências através do direito nos dias de hoje. Contudo, o que tais críticos apontam são elementos que já estão incorporados às teses da abordagem culturalista do direito. Ao falar do seu caráter ambivalente e, ao mesmo tempo, das condições contextuais em que se dão as mobilizações, a abordagem não pinta um céu cor de rosa para as mobilizações de grupos subalternizados (Brigham, 1996). Pelo contrário, ela se volta para as interações e tensões que são estabelecidas entre eles e a institucionalidade, mas partindo de suas estratégias e condições de ação, que podem exercer impactos ou não, dependendo de uma série de condições externas. Mas, mais importante, diante das insistentes lutas por direitos de grupos subalternizados ainda nos dias hoje, ela descarta a premissa de que o direito não serviria para nada, voltando-se para estudar e apresentar os caminhos em que essas lutas foram possíveis.

No fundo, tais críticas parecem padecer de dois grandes erros de leitura: primeiro, do que pode ser o direito numa sociedade como a nossa; e segundo, dos objetivos da abordagem culturalista (Merry, 2014). No que tange à leitura do direito, esperam que as estratégias de resistência através dele exerçam fortes impactos sobre a realidade, ao mesmo tempo em que sustentam que esse tipo de mobilização não é intrinsecamente capaz de acarretar transformações sociais. Como eles mesmos colocam e os estudos culturalistas reconhecem, o direito liberal de fato possui limitações evidentes para a emancipação humana. Logo, o impacto de sua mobilização não poderá ter a envergadura de uma revolução social, não ao menos a curto prazo. O que a abordagem culturalista defende é que, a depender das circunstancias, o direito fornece oportunidades para desafiar o poder dominante e suas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

próprias concepções de direito (Thompson, 1975; Merry, 1995). No que diz respeito à leitura dos objetivos da abordagem culturalista, alegam que ela quer ver o direito em todo e qualquer lugar, como partidária de um pluralismo ingênuo. Mas ignoram que a concepção de pluralismo por ela utilizada nada tem a ver com a imagem de uma convivência ou competição pacífica entre diferentes ordens jurídicas, mas, sim, com a ideia de conflitos e tensões, que, dependendo do contexto em que se dão, podem resultar em processos de restrição ou de expansão de direitos (Merry, 1988). Não é ela que quer ver o direito em toda parte; são os estudos em profundidade que mostram a presença dele nas diversas formas de sociabilidade e de convivência, e que possuem impactos concretos sobre as identidades e formas de vida, tal como será explorado no caso a ser trabalhado a seguir.

2 DA FAMÍLIA PINTO AO QUILOMBO SACOPÃ: A SINTESE DE SUA TRAJETÓRIA

A família Pinto chega à ladeira Sacopã no final dos anos 1920, com a vinda do Sr. Manoel e, alguns anos mais tarde, de sua esposa, D. Eva, com seus filhos. Inicialmente, o casal prestou serviços domésticos para famílias ricas e politicamente influentes do Distrito Federal. Os processos de urbanização da região na década 1940, também suscitaram mudanças na dinâmica familiar, levando parte de seus integrantes masculinos a participarem nas obras de infraestrutura, enquanto que as mulheres passaram a complementar sua renda com a constituição de uma pensão e a produção de quentinhas, vendidas aos demais operários. Entre 1950-60, os filhos do casal, que também já haviam trabalhado nas casas de proprietários da região, começaram a desempenhar atividades externas. Dentre eles, destaca-se Luiz Pinto Júnior ("Luiz Sacopã"), que trabalhava como motorista particular e taxista, atuando como músico nas horas vagas, e Maria Laudelina Freitas ("Tia Neném") que, impedida de se dedicar à carreira de cantora pelos pais, exerceu o ofício de cabelereira durante longo tempo, até se juntar à mãe nas tarefas da pensão. Com a retomada da urbanização da região nos anos 1970, o bairro foi preenchido com operários, implicando no aumento das vendas de quentinhas e na diversificação das atividades, com a realização de feijoadas e de rodas de samba e pagode. Na década de 1980, a pensão, conhecida como *Só na Lenha Pagode*, se tornou amplamente conhecida por sua música e culinária, àquela época, organizados por Tia Neném (O'Dwyer et al., 2007).

Entre 1920 e 1970, a cidade do Rio de Janeiro havia experimentado ao menos duas grandes transformações urbanísticas e a família Pinto as havia testemunhado e, em certa medida, participado delas. A Lagoa, bairro na Zona Sul da cidade, onde se localiza a área habitada pela família, foi parte do cenário no qual se implementou uma política pública de remoção das populações de baixa renda, totalizando cerca de 200 mil pessoas deslocadas em meados dos anos 1970 (Brum, 2012). Nas

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

primeiras reformas, passaram incólumes. Em larga medida, isso teria se dado em virtude de sua presença em imóvel particular estar associada à prestação de serviços domésticos aos seus proprietários. No segundo influxo transformador, altamente disputado pelo mercado imobiliário e intensificado durante o regime militar, a manutenção da família Pinto teria sido associada à sua proximidade – devido às relações de trabalho – com influentes políticos e militares (Lobão et al., 2019). Segundo Maia (2011), um oficial de alta patente do exército os protegeu ativamente contra ações de remoção patrocinadas pelo poder público. Foi nesse contexto que, com o apoio do referido militar, o patriarca da família, Sr. Manoel, foi convencido a ajuizar uma ação de usucapião, explicitando o primeiro movimento de resistência articulado a partir de instrumentos jurídico-institucionais.

Com o crescimento e reconhecimento popular das atividades culturais da pensão na década de 1980, a feijoada e as rodas de samba se tornaram espaço frequentado não mais apenas por um pequeno círculo de amigos, mas por um número representativo de pessoas. Universitários, artistas e políticos, como o ex-prefeito da cidade, Saturnino Braga (O'Dwyer et al., 2007), passaram a compor o universo de visitantes, mas também de novos aliados, agora no curso da transição democrática. Nesse período, o *Só na Lenha Pagode* reafirmou sua importância para a subsistência da família Pinto, e se tornou um espaço de referência cultural carioca. Todavia, o aumento das atividades somado ao desejo de permanência de uma família negra e pobre em uma área gentrificada da cidade, explicitado pela ação de usucapião, produziu – e continua produzindo – tensões e conflitos junto aos moradores das proximidades. No contexto democrático, dentre os esforços mobilizados para remover a família Pinto, destaca-se duas estratégias jurídico-administrativas que incidem sobre as pessoas e o imóvel, uma de dimensão privada e outra público-coletiva. A primeira, tratou-se de uma evocação do direito de vizinhança enquanto aspecto limitador dos usos possíveis da propriedade. Uma ação judicial de obrigação de não-fazer ajuizada pelos condomínios próximos demandou, dentre outros, a paralisação da feijoada e do samba, sob argumento de que a região não admitiria atividades comerciais. A segunda, tratou da mobilização do regramento urbanístico-ambiental poder público municipal.

Tornar-se proprietário, como assim passou almejar a família Pinto, não implicava, necessariamente, na possibilidade da utilização do imóvel. A municipalidade deixou isso claro a partir da década de 1990, com a emissão de sucessivos autos de infração – que, até dezembro de 2022, totalizavam vinte multas. As sanções tiveram início a partir da abertura de um procedimento administrativo por Luiz Sacopã que pretendeu, junto à Prefeitura, regularizar as casas da família. Ante o entendimento de que tal pedido não era admitido pela legislação urbanística, o município passou a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

puni-los pela manutenção de construções irregulares em área cuja a edificação não seria permitida. Adicionalmente, a municipalidade impôs restrições de uso ao imóvel de natureza ambiental. É preciso considerar que a permanência e a baixa ocupação da família Pinto implicaram na quase integral preservação ambiental do local, área de Mata Atlântica, no coração da Zona Sul carioca. Nesse período, foi realizada na cidade a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92; Rio-92) que, em sinergia com a Constituição Federal de 1988, levou o poder público a assumir diversos compromissos ligados à agenda ambiental, além de reorientar atuações institucionais de controle e fiscalização (Santos, 2017). No caso da cidade do Rio de Janeiro, isso abrangeu a autorização para criação do Parque Municipal José Guilherme Merquior, cujo perímetro incluiu a integralidade da área habitada pela família Pinto.

No final dos anos 1990, a família Pinto havia contra si uma sentença impedindo a realização de atividades comerciais no imóvel e autos de infração pela manutenção de construções irregulares. Sobre a área da propriedade, pairava um Parque Municipal que, sob a perspectiva ambiental, deveria impedir habitações no local. Em paralelo, enfrentava ação de reintegração de posse, ajuizada por supostos proprietários do imóvel, e havia buscado impedir atuações arbitrárias da municipalidade por meio de uma ação de interdito proibitório. É nesse quadro que as atividades realizadas pela família, em especial, a feijoada e o samba, ganham novos contornos. Isto é, se até meados de 1980 elas apareciam como meio de subsistência e manifestação cultural, a partir da dos anos 1990, é a dimensão da resistência que toma o protagonismo. Antagonismo esse que se dava em relação à parcela da vizinhança e do poder público e que se projetava em seu alinhamento político mais amplo. Naquele contexto, além de se apresentar como *Espaço Cultural do Sacopã*, a forma coletiva de representação dos interesses familiares e culturais foi explicitada de duas maneiras principais. Uma institucionalizada com a constituição formal da *Sociedade Amigos do Sacopã*, e outra informal, um típico bloco de carnaval de rua carioca, o *Rola Preguiçosa: tarda, mas não falha*. No desfile do carnaval de 2000, o samba *De Cabral a FHC tem tudo a ver*, composto por Luiz Sacopã, incluía versos como: *Vou deixar cair/Hoje eu vou me divertir/O FMI não vai ligar/Não vai intervir* (...) *Eu que tinha medo do HIV/Hoje tenho medo do FHC*.

Ainda que aparecesse publicamente como um centro de referência de cultura negra, inclusive com documentos indicando que a localidade teria pertencido ao mais antigo quilombo do Rio de Janeiro, a demanda formal por reconhecimento da família Pinto enquanto remanescente de quilombo junto à Fundação Palmares se deu apenas em 1999. A certificação, concluída em 2004, já sob governo Lula, abriu caminho para que, no ano seguinte, o processo de regularização fundiária do imóvel junto

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fosse aberto. A demanda da família, agora *Comunidade de Família Pinto*, encontrou amparo no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que concedeu aos remanescentes de comunidades quilombolas a propriedade definitiva de suas terras. Isso se deu dois meses após decisão judicial em segunda instância reformar sentença que havia concedido direito de usucapião da área habitada pela família. É nessa dinâmica que o samba, a feijoada, o bloco carnavalesco e as demais atividades culturais passam a ser associados diretamente ao *Quilombo do Sacopã*, tal como reconhecido pelo INCRA. A partir daí, Luiz Sacopã, naquele momento a principal liderança da família, além de sambista, assumiu espaços institucionais de representação e defesa dos interesses do movimento quilombola no Estado do Rio de Janeiro. Mesmo nesse período, as atividades permaneceram proibidas. Funcionando de forma clandestina, o Quilombo era fiscalizado e submetido a duras atuações do Judiciário e do Município.

O desfecho negativo da ação de usucapião e de outras posteriormente tentadas em 2006 pelos demais moradores, e o lento andamento do procedimento junto ao INCRA, teria impulsionado a busca por alternativas. A janela de oportunidade identificada por aliados para incidir sobre a permanência do Quilombo foi o processo de revisão do plano diretor da cidade, concluído em 2011. Por meio dele incluiu-se novo dispositivo que previu a criação de Áreas de Especial Interesse Cultural (AEIC). No ano seguinte, com base nesse instituto, foi apresentado projeto de lei que instituía a AEIC do Quilombo Sacopã. Apesar de vetado pelo então prefeito Eduardo Paes, articulações políticas e coletivas, realizadas inclusive no âmbito da Cúpula dos Povos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), contribuíram para que os vereadores derrubassem o veto do Executivo municipal (Lobão et al., 2019), aprovando a referida lei em 2012. A direção de esforços para essa estratégia era justificada, especialmente, em razão de aproximadamente 95% da área do Quilombo se encontrar sob domínio municipal. Ou seja, ainda que o procedimento no INCRA fosse concluído, sua implementação dependeria de atuação ativa da prefeitura. Implicado pelos desdobramentos associados às manifestações de junho de 2013, esse sinal de convergência foi emitido apenas em janeiro de 2014, quando foram iniciadas tratativas junto ao gabinete do prefeito para a titulação da área. Diante disso, em setembro do referido ano, o INCRA avançou e declarou a área do Quilombo Sacopã conforme identificado em seu procedimento administrativo.

O horizonte de regularização do Quilombo foi interrompido com o *impeachment* de Dilma Rousseff e posterior eleição de Jair Bolsonaro. Contudo, a instituição da AEIC, a quase conclusão do procedimento no INCRA, a aproximação da prefeitura e a pandemia de Covid-19 colaboraram

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

significativamente para a redução das ameaças de remoção e dos conflitos com a vizinhança. Mesmo sem a conclusão de procedimentos formais, os últimos anos foram marcados por um arrefecimento dos embates, de modo que as demandas e rotinas da permanência parecem haver tomado o protagonismo das táticas de resistência. Essas, sem dúvida, não desaparecem, mas vem sendo tornadas secundárias ante os desafios de permanecer em um local que é revestido por uma multiplicidade de espaços cujas interações, atribuições e experiências também são responsáveis pela constituição de uma pluralidade de lugares (Tuan, 1977). Em outras palavras, não há trivialidade em habitar, ao mesmo tempo, um parque, um quilombo, uma residência familiar, um espaço cultural etc. A vitória de Lula nas eleições de 2022 reacendeu a esperança de que os procedimentos formais de regularização do Quilombo sejam finalmente concluídos. Nessa etapa mais recente, ainda que haja poucos elementos para se colocar de modo incisivo, entre a resistência e a permanência, parecem emergir também outras e novas formas de cozinhar, compor, tocar, sambar, mobilizar o direito e lidar com a política.

3 INTERAÇÕES E MOBILIZAÇÕES DO DIREITO DO CASO ANALISADO

Até meados da década de 1970, a família Pinto permaneceu no imóvel de forma relativamente estável. Segundo relatório antropológico elaborado por O'Dwyer (2007), Sr. Manoel era visto por outros moradores da região como aquele que tomava conta da área para que esta *não virasse favela* (p. 21). Sua presença estava associada à relação de trabalho e confiança estabelecida com os antigos proprietários. Não eram invasores, mas, por outro lado, não se qualificavam como proprietários. Tensões foram postas a esse arranjo com a realização de novos condomínios residenciais em parte das áreas por eles ocupadas. Com a presença física das construtoras, a ameaça de sua remoção se tornou iminente, assim como o reconhecimento de que suas redes formais e informais de apoio haviam se tornado insuficientes para garantir a manutenção da família na área. A mudança no modo de justificar a presença da família no imóvel é verificada a partir da geração dos filhos de Manoel e Eva. Como afirma Luiz Sacopã à O'Dwyer (2007) relatando um diálogo que teve com um dos engenheiros das construtoras à época: (...) *temos a posse disso há anos, isso aqui então nos pertence. Não é uma coisa de fato, mas é de direito. Nós vamos entrar com uma ação de usucapião porque estamos aqui há muitos anos* (p. 92). A relação de confiança que legitimava sua presença foi marginalizada ante o reconhecimento e a evocação de seu desejo e direito de ser proprietário. Esse movimento é evidenciado quando o problema da favelização da região é retomado por essa geração, tal como na fala de Tina, esposa de Luiz Sacopã: *Imagina se deixarmos todo mundo morar, vai virar favela. Não pode vir de fora, só a família* (p. 33).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Enquanto o conflito sobre a propriedade do imóvel estava sendo administrado na ação de usucapião, os embates associados ao exercício das atividades culturais e comerciais tiveram caminho distinto. Com a abertura do *Só na Lenha Pagode*, em meados dos anos 1980, a música e a feijoada passaram ser realizadas de forma recorrente aos finais de semana. A partir da daí, abriu-se uma frente de conflitos com os moradores dos prédios vizinhos e uma série de investidas foram perpetradas contra a família Pinto. Dentre elas, é possível destacar fiscalizações da polícia militar para verificação de plantio de maconha, e denúncias anônimas apresentadas ao órgão ambiental estadual relativas à ocorrência de poluição decorrente da operação do restaurante e de sua pequena oficina de automóveis. Contudo, foram as inúmeras ações judiciais visando a paralisação das atividades que atingiram a família de forma mais contundente. À época chegou-se, inclusive, a tentar a celebração de um acordo com os vizinhos para fechamento da oficina e cessação de todas as demais atividades comerciais, mas esse acabou por não ser finalizado. Cerca de um ano após o início das atividades do *Só na Lenha Pagode*, os condomínios vizinhos obtiveram decisão judicial proibindo a realização da música e da feijoada.

Como espaço de cultura negra, as atividades *na* Sacopã estavam inseridas no quadro da redemocratização. Por exemplo, em de 05 outubro de 1986, o Jornal do Brasil registrou o encontro de militantes e eleitores no *Pagode da Sacopã*, numa festa em favor de políticos como Fernando Gabeira, Sérgio Cabral e Raimundo de Oliveira. Dias depois, o periódico relatou a realização da festa de aniversário de Darcy Ribeiro, à época vice-governador do Estado, também *na* Sacopã. A mudança na dinâmica política nacional pareceu indicar também uma alteração das estruturas de apoio acessíveis à família. Isto é, as alianças formadas até meados de 1970 se davam, em geral, com grupos ricos e politicamente influentes no regime militar. Isso teria sido possível, dentre outros, pela proximidade derivada das relações de trabalho doméstico. A partir dos anos 1980, suas parcerias foram estreitadas com celebridades, intelectuais, militantes e políticos ligados à agenda democrática, cuja atração estaria associada à realização de atividades identificadas com movimentos de emancipação e resistência. Assim, ao invés de recorrer ao Judiciário como principal estratégia para garantir a manutenção do samba e da feijoada – tal como fora feito para lidar com a ameaça de remoção –, a via adotada pela família, em especial, por Luiz Sacopã e Tia Neném, se deu fora dos autos, nas fissuras da ordem jurídica, reivindicando justiça social. Isso implicou manifestações de apoio, como o show realizado, em 1991, com a presença de políticos e de artistas amigos da família – como Beth Carvalho, Alcione e João Nogueira –, a instituição da *Sociedade Amigos do Sacopã,* e a criação do bloco de carnaval de rua *Rola Preguiçosa*. Todavia, a adoção de tal caminho provocou ações judiciais mais duras como o lacre

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

dos portões e das panelas utilizadas para fazer a feijoada. Tais ocorrências levaram a paralisações e a eventual deslocamento de parte substantiva das atividades para outros espaços da cidade.

Entre as décadas de 1980 e 1990, as tentativas – legais e ilegais – de remover uma família negra e pobre de um dos bairros mais valorizados da cidade estavam divididas em duas principais frentes. Uma ligada ao imóvel, contestada por meio de ação de usucapião, outra associada às atividades, cuja resistência se deu, majoritariamente, fora do Judiciário. A incorporação da agenda ambiental numa perspectiva conservadora e conservacionista, após a realização da Rio-92, explicitada na autorização de criação do Parque Municipal José Guilherme Merquior, articulou esses dois aspectos. As restrições impostas pela proteção ao meio ambiente circunscreviam ainda mais os limites das atividades humanas possíveis no interior do espaço protegido, como também eliminavam legalmente a possibilidade de permanência da família no imóvel. Sob tal ordem, ao fim da ação de usucapião, eles poderiam até se tornar proprietários, mas não mais lhes seria permitido utilizá-lo para sua residência ou destiná-lo a quaisquer outros usos culturais ou comerciais. Toda trajetória da família Pinto foi tornada irrelevante ante a obrigação de proteger área de Mata Atlântica que só existia por conta de sua presença ali.

Ante a centralidade que a proteção da natureza ganha nos anos 1990, essa passa a ser a principal fundamentação das denúncias contra a família, tornando-se proeminente em relação às reclamações sobre direitos de vizinhança, apresentadas pelos condomínios do entorno. Alegações como ocorrência de desmatamento, construção de novas casas no interior do parque, caça de animais silvestres, poluição pelo lançamento irregular de efluentes etc., estão no rol das notificações e autuações recebidas a partir desse período. A força dessa agenda e os limites impostos por ela são indicados no mencionado laudo antropológico (O'Dwyer et al., 2007) que, em diversos momentos, reitera a relação harmônica da família Pinto com a fauna e flora local, caracterizando-a como aspecto distintivo do seu modo de vida em relação à vizinhança. A autora chega a afirmar que: *Conservar a natureza é, também, conservar a família e seu meio de vida*. (p. 94). Tal posicionamento encontra-se explicitado nas palavras de Luiz Carlos, um dos moradores entrevistados para a elaboração do material: *Plantar é uma higiene mental para mim, pelo menos uma horta. (...) Meu avô tinha uma lucidez ecológica que, na ignorância dele, era interessante passar aquelas coisas para a gente. Não maltrate os animais, não quebra essa árvore, vamos plantar aqui* (p. 30). Nesse quadro, se recorrer ao direito civil era insuficiente para derrubar qualquer restrição ambiental, resistir tal como fora feito em relação às ordens de paralisação do samba e da feijoada não só era estrategicamente inviável, como incompatível com o próprio modo de vida da família.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Ainda que a denúncia ao racismo seja frequente nas atividades e manifestações públicas da família Pinto, argumentos de justiça social e racial foram mobilizados de forma marginal nas estratégias de atuação institucional. Ao contrário, seu emprego se deu de maneira articulada, estabelecendo elos entre raça, desigualdade e diferença. No quadro da Constituição Federal de 1988, o enfrentamento tático às restrições de direito civil, urbanístico e ambiental pressupôs a mobilização de recursos exteriores a esses campos jurídicos. Assim, se a dimensão dos direitos sociais vinha se mostrando insuficiente, por exemplo, no caso de remoções de favelas localizadas em áreas ambientalmente protegidas (Santos, 2017), o recurso à diferenciação a partir da cultura parecia haver se tornado um caminho possível após a primeira titulação de terra quilombola no Brasil ocorrer no Pará, em novembro de 1995. O sucesso do Quilombo Boa Vista, em Oriximiná, contribuiu para estimular a apresentação de novos pedidos à Fundação Palmares, dentre eles, aquele formulado pela família Pinto, em 1999. Entretanto, naquele momento, o art. 68 do ADCT ainda não havia sido regulamentado – a primeira norma, de 2001, acabou revogada pelo Decreto n. 4.887/2003 – existindo ampla incerteza a respeito dos fluxos jurídico-burocráticos para sua concretização. Ademais, ainda havia esperança por parte da família de que seu direito à usucapião do imóvel fosse reconhecido pelo Judiciário, resolvendo ao menos parte dos obstáculos da sua permanência, isto é, aqueles ligados à propriedade do imóvel.

Como mencionado, os esforços observados junto à municipalidade para dar seguimento ao processo de regularização no INCRA possuíam uma natureza conjuntural. Contudo, esse movimento ajuda a ilustrar como a inserção dessa demanda por permanência no quadro da cultura colocou a família Pinto, enquanto quilombo, numa posição distinta de outros pleitos por justiça social. Isso teria se dado, especialmente, a partir de dois níveis. Em relação às práticas, viabilizou o acesso e a disputa de outros espaços e posições, como quando Luiz Sacopã presidiu a Associação dos Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (AQUILERJ). Adicionalmente, modificou as condições de interlocução com outros atores, como com seus vizinhos (vide Lobão et al., 2019) ou com instituições, como o Ministério Público, que passou a ser reconhecido, ao menos no quadro dessa demanda, um potencial aliado. Por fim, se a música e a culinária não são desconectados de sua trajetória e dos vários sentidos que lhes foram atribuídos, elas se tornam elos que contribuem para conectar a família a uma longa tradicionalidade negra. No nível dos saberes, colocou em disputa não apenas os sentidos desse remanescer quilombola, como também do próprio ambientalismo, por exemplo, ao produzir atritos em relação ao conservacionismo. A diferença, explicitada na reivindicação cultural, não interditaria a proteção ao meio ambiente, mas demandaria a reorganização do campo de incidência. Nesse quadro, a apresentação e o acolhimento da sua demanda na Cúpula dos Povos, contribuindo para pressionar

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

o legislativo municipal a derrubar o veto do prefeito, formalizando a criação da AEIC do Quilombo Sacopã, se deu exatamente vinte anos após a Rio-92. Evento cujas implicações foram decisivas para a criação do parque municipal e subjugação da família a novas e substantivas ameaças de remoção.

O período pandêmico sob governo Bolsonaro, a campanha eleitoral de 2022 e a vitória de Lula no ano seguinte contribuem para estimular o posicionamento do quilombo em relação à política nacional. Neste momento, distantes do quadro da década de 1980, no curso da redemocratização, quando disputavam sua permanência enquanto uma demanda de justiça social. Naquela circunstância, samba e feijoada eram mobilizados como instrumentos de uma resistência que, sobretudo, tinha como eixo orientador a própria família, responsável por protagonizar as performances artísticas e a culinária. Em 2023, colocam-se não mais como posseiros ou invasores do parque municipal, mas como remanescentes de quilombo. Essa condição, atravessada por feixes de conflitos latentes, encontra na tensão posta pelas dimensões individual e a coletiva da propriedade quilombola, um de seus limiares. O que se torna explícito no modo de emergência de novas lideranças na geração dos netos de Sr. Manoel e D. Eva, e nas formas de uso e reivindicação desse espaço a partir da identidade quilombola. Tal como no passado, conhecer a forma de fazer o samba e a feijoada talvez continuem sendo elementos chave para compreender como e quais os sentidos da mobilização do direito.

4 MOBILIZANDO A LITERATURA PARA ANALISAR A MOBILIZAÇÃO DO DIREITO

O caso do Quilombo Sacopã coloca ao menos dois pontos centrais para a discussão teórica. O primeiro diz respeito às estratégias de resistência diversas e cambiantes da família Pinto, que aparecem associadas aos contextos específicos em que elas se deram, mas em profunda conexão com a constituição alternante das identidades, sociabilidades e tensões estabelecidas entre si com o seu entorno. O segundo ponto é a consequente discussão do caráter ambivalente do direito e da necessidade de compreendê-lo como um sistema cultural. Isto é, embora este seja delimitado por contornos que, em última análise, limitam a possibilidade de autodeterminação, também é permeado por fissuras. Essas podem contribuir para formulação de contra condutas e táticas de resistência a partir das quais levariam à construção de formas alternativas de se autodeterminar e viver. Em larga medida, essa dinâmica escapa aos cálculos racionais e organizados, de modo que os atores lidam com suas demandas a partir de múltiplas ações, táticas e interações que, em alguns momentos, são contraditórias entre si. Nas filigranas da ação de usucapião, por exemplo, além da troca de seu advogado entre o proferimento da sentença e o julgamento da apelação, a prova utilizada para reverter a vitória da família em primeira instância foi o testemunho de um dos filhos de Manoel e Eva que,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

rompido com os demais membros da família, afirmou que todos ali teriam a plena consciência do fato de que detinham a posse do imóvel apenas por conta da sua condição de empregados, não detendo o ânimo de domínio, requisito jurídico para o sucesso da demanda.

No tocante às estratégias de resistência, ao longo da história da constituição do Quilombo do Sacopã, elas aparecem ligadas à permanência da família Pinto no território e se manifestam de diversas formas, por meio, contra e por fora da institucionalidade jurídica, e todas com implicações e impactos sobre ela. Primeiramente, como já destacado, a permanência da família esteve associada à realização de trabalhos domésticos prestados por seus membros à família proprietária do imóvel que ocupavam. Tal condição a colocava numa rede de sociabilidade e de relações de dependência e favor que limitou os impactos dos processos de remoção de outras famílias negras e pobres que ocorreram na região entre 1920 e 1970. Pode-se dizer que se tratava de uma permanência precária, possibilitada por uma estratégia frágil, dependente de terceiros e das identidades e sociabilidades que a família tinha que sustentar para permanecer. Ainda que não tratasse da reivindicação de um direito, havia o entendimento não só de que esse modo de estar no imóvel era justo, mas que era o possível na rede de sociabilidades cotidianas. Demandar um potencial direito de propriedade, portanto, implicaria – ao menos nessa perspectiva – produzir uma injustiça na ruptura do laço de confiança estabelecido na pactuação entre patrão e emprego (i.e., Sr. Manoel tomava conta para que não virasse favela, sua função era de guardião do imóvel, não de potencial proprietário).

O loteamento dos imóveis pelos antigos proprietários, inclusive do território ocupado pela família Pinto, e as obras para realização dos empreendimentos imobiliários colocaram em xeque sua permanência, produzindo uma reformulação crítica acerca da sua relação com os antigos patrões e o desejo de lá ficar. Esse movimento reorientou a percepção dos membros da família acerca daquilo que consideravam justo. Por um lado, isso contribuiu para desfazer a percepção de que reivindicar tal direito de propriedade seria algo moralmente equivocado e, por outro, autorizou coletivamente o ajuizamento da ação de usucapião. A partir dessa passagem, seria possível perceber a auto identificação da família Pinto como proprietária e não mais como empregada. As atividades culturais, como a feijoada e o samba, desenvolveram-se nesse período, impulsionando estratégias de resistência por meio do direito, auxiliadas e incentivadas por relações de amizade e de proximidade com militares e políticos da época do regime autoritário. A afirmação dessa nova identidade produzia tensões junto aos efeitos gentrificadores das reformas urbanas, estimulando a conflituosidade com a vizinhança. Sua permanência passava a depender de estratégias explícitas de confronto com o *status quo*, mobilizando

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

o direito contra ele próprio. Era o direito de propriedade contra o direito de vizinhança que era mobilizado de modo a restringir modos de vida julgados incompatíveis com uma área rica da cidade. Ao mesmo tempo em que a mobilização do direito de propriedade não impedia conflitos e tensões da família com o seu entorno (muito pelo contrário), ela possibilitava sua permanência no território.

Proprietários ou não, a proibição de realização das atividades culturais a partir de meados da década de 1980 tornou-se o elemento central de ataque à permanência da família, que passou a se valer de recursos fora da institucionalidade jurídica, mas perpassados de normatizações postas pelo contexto político e social. Ainda que o direito de propriedade tenha permanecido central em suas demandas por permanência, o caráter coletivo das atividades culturais promovidas pela família se tornou o eixo orientador de sua articulação interna e externa (i.e., cada membro ajudava nas tarefas de preparação do samba e da feijoada; Tia Neném e Luiz Sacopã passaram a ser publicamente conhecidos como músicos talentosos). Novas sociabilidades possibilitadas pelo contexto da redemocratização aumentavam as estruturas de apoio à permanência da família, agregando políticos, intelectuais e artistas em torno de suas atividades. O samba e a feijoada se tornaram símbolos de resistência junto às investidas dos vizinhos e de uma institucionalidade contraditória, que ora lá estava por meio de seus representantes eleitos, ora se fazia presente através da polícia e dos lacres nos portões e panelas. Eram articulações coletivas de ordem cultural e em oposição ao racismo institucional que se contrapunham às multas sucessivas, paralisações judiciais das atividades e restrições ambientais conservacionistas. A mobilização do caráter coletivo das atividades culturais acirrou ainda mais os conflitos e as disposições para expulsar a família Pinto, mas o fortalecimento de sua auto identificação como representante de uma coletividade, e as estruturas de apoio políticas, sociais e culturais no quadro de redemocratização, contribuiu significativamente para sua permanência. A despeito da hegemonia de um direito liberal individual, a briga passou a se dar, sobretudo, em termos de direitos coletivos e difusos.

Ante a impossibilidade de se tornarem proprietários e, nesse caso, de poderem usufruir do imóvel, o quadro de disputas pela efetivação do conteúdo normativo da Constituição Federal de 1988 estimulou a família a se valer de outros recursos jurídico-institucionais. A partir da mobilização do direito cultural, permanecer ganhou novos contornos, uma vez que a dimensão coletiva da propriedade quilombola é imposta pela norma constitucional. Samba e feijoada deixaram de ser apenas sinônimos de renda e resistência, tornando-se elos de conexão com outras categorias de identidade, responsáveis por reconfigurar a disponibilidade de recursos, o acesso a certos atores, as formas de relacionamento da família consigo próprio e com seu entorno. Enquanto remanescentes de quilombo,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

participam dos conselhos consultivos das áreas protegidas sobrepostas ao seu território, contam com o apoio do INCRA e do Ministério Público e da Defensoria Pública em suas demandas judiciais, integram articulações coletivas na condição de representantes de uma tradicionalidade longeva. Mesmo assim, suas atividades permanecem proibidas e a família-quilombo é constantemente ameaçada e vigiada pela vizinhança e pelo poder público. Movimentações de materiais de obra continuam sendo suficientes para denúncias de favelização por meio da autoconstrução irregular; quaisquer podas nas árvores justificam fiscalizações para verificação de desmatamento de vegetação nativa; realização de feijoadas e sambas desarquivam ações judiciais do século passado para fazer cumprir suas sentenças transitadas em julgado. Essa dinâmica evidencia que os conflitos associados às mobilizações e contra mobilizações produzem acúmulos que interferem, limitando ou potencializando, as táticas empregadas pelos diversos atores. Isso significa que não há, necessariamente, uma exclusão ou sobreposição dos direitos disputados, mas um movimento simultâneo, muitas vezes não concertado, que influi nas suas tomadas de decisão. No caso do Quilombo Sacopã, a mobilização da diferença por meio do direito cultural não isola ou tira a legitimidade de outras demandas por direitos, como o desejo de serem proprietários, ou de operarem uma atividade comercial naquele espaço completamente distinta das práticas culturais. Mas, ao entrar em jogo, essa nova tática complexifica a disputa implicando, em relação às demais, na modificação de seus limites e potencialidades.

O que se observa, portanto, a partir dessa breve síntese sobre as estratégias de resistência é o caráter dinâmico e ambivalente da mobilização do direito ao longo de toda a constituição do Quilombo Sacopã. Sua história apresenta não apenas os limites da prevalência do direito liberal, que recaem sobre a família de diversas e diferentes formas, mas retrata as oportunidades de interação com a institucionalidade, que atuam na conformação de sua identidade, sociabilidade e formas de viver. O caso demonstra que nem a família Pinto nem o Estado podem ser definidos de formas categóricas e isoladas, mas em constante processo interativo de modificação, cujas implicações transcendem atores diretamente envolvidos na disputa. Caso assim não fosse, onde estaria família Pinto se ela não tivesse mobilizado pela primeira vez o direito? Qual teria sido o destino da área que viera a se tornar parque e depois Quilombo? Como todo um conjunto de práticas culturais na Zona Sul do Rio de Janeiro teria sido manifestado?

Desse modo, a necessidade de ver o direito como um sistema cultural é evidente não apenas por mostrar as possibilidades de resistência a partir de suas fissuras, mas também por observar que

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

tais possibilidades se alteram conforme as circunstâncias, ajudando a construir novas identidades e sociabilidades que podem colocar o direito contra ele próprio. O samba e a feijoada clandestina, o apoio de políticos e artistas, a formação de blocos de carnaval e de associações não são anedotas culturais sem importância. Pelo contrário, como se pôde observar, é justamente quando essas atividades foram mobilizadas enquanto fatores de fortalecimento de identidades coletivas e formas de resistência, que as ações coercitivas mais se fizeram sentir, empregando arsenais ainda mais complexos para expulsar a família do território. E, embora o caráter opressor do poder público seja desde então uma constante, com altos e baixos, a família Pinto permanece. Sua resistência é a permanência.

Por fim, a descrição dos conflitos estabelecidos a partir de suas estratégias de resistência mostra a conformação fractal e cambiante do sistema cultural. Todo o caso do Quilombo Sacopã é envolto pelas tensões de se habitar, como já dito, um "lugar-lugares", isto é, uma propriedade privada, um espaço cultural, um parque, um quilombo e uma residência multifamiliar. Além das tensões constitutivas que envolvem a definição jurídica de cada um desses lugares, fundamentadas por regramentos próprios, o caso também apresenta as tensões constitutivas relacionadas ao processo de construção de uma identidade coletiva, com o auxílio e apesar do direito. Nesse quadro de diversidade de lugares, identidades e estratégias, a análise culturalista pode auxiliar de forma significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo possibilitou observar as mudanças nas formas de mobilização do direito pela família Pinto no curso do período analisado. Essas alterações encontram-se implicadas com as transformações de seu entorno, de suas identidades, sociabilidade e modos de vida. Ainda que o desejo de permanecer tenha sido buscado, inicialmente, por meio de usucapião, o eixo central de organização da família dentro e fora das instâncias institucionais foram as atividades culturais, notadamente, o samba e a feijoada. Como forma de subsistência, tática de resistência ou elo de pertencimento a uma coletividade ancestral, a mobilização da cultura como instrumento de diferenciação também potencializou as ações de contra mobilização empregadas pelo estado e vizinhança. Numa perspectiva externa, tal evocação deslocou a centralidade do conflito. Isto é, da disputa de direitos individuais para embates entre concepções de ordem coletiva igualmente incentivadas pela ordem constitucional estabelecida pós-1988 (i.e., cultura v. meio ambiente). Ou seja, o caso mostrou a existência de possibilidades de contrapor o direito ao direito, apresentando camadas às suas concepções e tensionando o *status quo*. Internamente, a diferença como fundamento da permanência vem colocando tensões para a família-Quilombo. Diferente da propriedade individual, esse modo de estar é dinâmico (Vasques, 2022). Nesse

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

quadro, permanecer e resistir podem se confundir em vários aspectos, ainda que um quadro de estabilidade possa sugerir o contrário.

Sobre a relação entre direito e sociedade, o estudo possibilitou observar questões importantes sobre a relevância política da mobilização do direito e a necessidade de considera-lo na análise acadêmica como um sistema cultural. Tal avaliação observa o direito como um elemento cambiante e ambivalente, contribuindo para desfazer avaliações que generalizam, totalizam ou minimizam seu papel em sociedades como a nossa. Como se viu, a mobilização do direito pode se dar por meio, contra e por fora da institucionalidade jurídica, co-constituindo e contrapondo elementos de ordem cultural e política a elementos jurídicos, implicando inúmeros desdobramentos à ordem vigente. Ver o direito como um sistema cultural é compreendê-lo como algo que possui tempos de maturação e sedimentação, ao mesmo tempo em que convive com uma diversidade interna conflitante que pode levar a ordens jurídicas restritivas ou inclusivas. A importância e o impacto de atividades culturais não devem ser previamente desconsiderados como táticas políticas de resistência e transformação social, ou descartados pelos estudos sociojurídicos em conjunturas em que populações vulnerabilizadas mais lutam por eles. Por fim, enquanto instrumento da crítica, ainda que não se proponha a construir teorias gerais ou analisar grandes temas, a presente abordagem contribui para apontar indicadores táticos, linhas de força, travas e bloqueios possíveis que sejam eficazes às lutas sociais que se desenrolam nos limiares entre o direito e a política.

REFERÊNCIAS

Brigham, J. *The constitution of interests: beyond the politics of rights.* New York: New York University Press, 1996.

Brum, M. S. I. Memórias da remoção: o incêndio da Praia do Pinto e a 'culpa' do governo. In: *Encontro Nacional de História Oral*, Anais. Rio de Janeiro, 2012.

Calavita, K. Engaged research, "goose bumps", and the roll of the public intellectual. *Law & Society Review*, v. 36, n. 1, 2002, p. 5-20.

_____. *Invitation to law & society: an introduction to the study of real law*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

Epp, C. R. *The Rights Revolution: Lawyers, Activists, and Supreme Courts in Comparative Perspectives*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1998.

_____. *Making Rights Real: Activists, Bureaucrats, and the Creation of the Legalistic State*. Chicago and Londo: The University of Chicago Press, 2009.

_____. The Support Structure as a Necessary Condition for Sustained Judicial Attention to Rights: A Response. *The Journal of Politics*, v. 73, n. 2, 2011, p. 406-409.

Ewick, P. Postmodern melancholia. *Law & Society Review*, v. 26, n. 4, 1992, p. 755-764.

Ewick, P.; Silbey, S. S. Common knowledge and ideological critique: the significance of knowing that the "haves" come out ahead. *Law & Society Review,* v. 33, n. 4, 1999, p. 1025-1041.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Friedman, L. M. The law and society movement. *Stanford Law Review,* v. 38, n. 3, 1986, p. 763-780.

Geertz, C. A ideologia como sistema cultural. *In*: Geertz, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

Goluboff, R. L. *The Lost Promise of Civil Rights*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2009.

Gordon, R. Critical Legal Histories. *Stanford Law Review*, v. 36, n.1/2, 1984, p. 56-125.

_____. Originalism and Nostalgic Traditionalism. In: Gordon, R. W. *Taming the Past: Essays on Law in History and History in Law*. Cambridge University Press, 2017, p. 361-381.

Handler, J. F. Postmodernism, protest, and the new social movements. *Law & Society Review*, v. 26, n. 4, 1992, p. 697-731.

Harrington, C. B.; Yngvesson, B. Interpretive sociolegal research. *Law & Social Inquiry*, v. 15, n. 1, 1990, p. 135-148.

Hunt, A. Rights and social movements: counter-hegemonic strategies. *Journal of Law and Society*, v. 17, n. 3, 1990, p. 309-328.

Inatomi, C. C. A abordagem da mobilização do direito entre a crítica necessária e a crítica possível, *Revista Lua Nova*, n. 108, 2019, p. 101-119.

Inatomi, C. C. A abordagem da mobilização do direito e as possibilidades de uma pesquisa crítica. Paper apresentando no XI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Curitiba, 31 jul. a 3 ago., 2018.

Levine, F. J. Goose bumps and "The Search for Signs of Intelligent Life" in sociolegal studies: after twenty-five years. *Law & Society Review*, v. 24, n. 1, 1990, p. 7-33.

Liu, S. Law's social forms: a powerless approach to the sociology of law. *Law & Social Inquiry*, v. 4, n. 1, 2015, p. 1-28.

Lobão, L.; Sinclair, A.; Neurauter, M., Solinho, E. Direitos diferenciados de cidadania em zonas morais urbanas: a área de especial interesse cultural do Quilombo Sacopã. In: LIMA, R. K.; MOTA, F. R.; VEIGA, F. B. (org.*). Pensando o Rio*: meio ambiente, espaço público e conflitos identitários. Niterói: Intertexto, 2019. p. 61-86.

Maia, P. M. As máscaras do quilombo Sacopã: memória, espaço urbano e meio ambiente. *Dissertação de Mestrado* (Sociologia e Direito) PPGSD-UFF, Niterói, 2011. 134f.

McCann, M. W. *Rights at Work: Pay Equity Reform and the Politics of Legal Mobilization*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1994.

_____. On legal rights consciousness: a challenging analytical tradition. In: Fleury-Steiner, B.; Nielsen, L. B. *The New Civil Rights Research: a Constitutive Approach*. Aldershot: Ashgate, 2006, p. ix-xxix.

_____. The Unbearable Lightness of Rights: On Sociolegal Inquiry in the Global Era. *Law & Society Review*, v. 48, n. 2, 2014, p. 245-273.

Merry, S. E. Legal Pluralism. *Law & Society Review*, v. 22, n. 5, 1988, p. 869-896.

_____. Resistance and the cultural power of law. *Law & Society Review*, v. 29, n. 1, 1995, p. 11-26.

_____. Inequality and Rights: Commentary on Michael McCann's 'The Unbearable Lightness of Rights". *Law & Society Review*, v. 48, n. 2, 2014, p. 285-295.

Munger, F. Inquiry and activism in law and society. *Law & Society Review*, v. 35, n. 1, 2001, p. 7-20.

O'Dwyer, E. C.; Alves, M.; Neder, R. A família Pinto e as políticas de reconhecimento do estado brasileiro. *Relatório Antropológico*. UFF/FEC/ INCRA/GAP, 2007.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7090

Rosenberg, G. N. Positivism, interpretivism, and the study of law. *Law & Social Inquiry*, v. 21, n. 2, 1996, p. 435-455.

SANTOS, A. M. S. P. *Política urbana no contexto federativo brasileiro*: aspectos institucionais e financeiros. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.

Sarat, A.; Kearns, T. R. *The fate of law*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1991.

Scheingold, S. A. *The politics of rights: lawyers, public policy, and political change*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.

Silbey, S. S. After legal consciousness. *Annual Review of Law and Social Science*, v. 1, 2005, p. 323-368.

Thompson, E. P. *Senhores & Caçadores: A Origem da Lei Negra*. Trad. Denise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUAN, Y. *Space and place*: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

Vasques, P. H. R. P. Permanência e resistência à luz de estratégias jurídico-culturais: um olhar para a trajetória histórica do Quilombo Sacopã no Rio de Janeiro. *13º Encontro da ABCP*: eleições e legitimidade da democracia, 2022.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público. O conjunto de dados envolve uma pluralidade de documentos analisados, cujo universo envolve desde edições de jornais, relatórios antropológicos e autos administrativos e judiciais. Esse material não foi sistematizado em um repositório de dados público.

FINANCIAMENTO: Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Celly Cook Inatomi: Conceitualização, Validação, Escrita – Rascunho Original, Escrita – Revisão & Edição, Visualização.

Pedro Henrique Vasques: Conceitualização, Metodologia, Validação, Investigação, Escrita – Rascunho Original, Escrita – Revisão & Edição, Visualização.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: Os autores declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

MINIBIOGRAFIAS DOS AUTORES DO PAPER

Celly Cook Inatomi é Doutora em Ciência Política pela Unicamp, Pesquisadora Colaboradora do IFCH-Unicamp, Pesquisadora do INCT-INEU, do Ceipoc/Unicamp e do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec).

Pedro Henrique Vasques é Doutor em Ciência Política pela Unicamp e em Direito pela UERJ, Professor na UFRJ, Pesquisador do INCT-INEU, do Ceipoc/Unicamp, do Nupij/UFF e membro do Conselho Diretor do Cedec.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.